

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA  
AGRÁRIA – UESB/UESC  
JURA 2022**

---

**RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA PERSPECTIVA  
DE DECOLONIALIZAÇÃO DO AMBIENTE ESCOLAR**

*Natália Cunha Rocha*

**Resumo**

O objetivo deste trabalho é analisar a função e as contribuições do ensino de História para a formação, junto aos discentes, de um ambiente escolar decolonial, com o reconhecimento étnico-racial dos estudantes e a sua relação com os conteúdos debatidos em sala de aula. A metodologia empregada consistiu na pesquisa bibliográfica, a partir da análise interpretativa, sobre a prática do ensino de História e sobre as relações e elos étnico-raciais, com o propósito de compreender a construção de identidades antirracistas através do questionamento sobre o currículo escolar e a presença das temáticas indígenas, africanas e afro-brasileiras. Conclui-se, assim, que a escola funciona como principal auxiliar para a formação identitária dos estudantes, sendo de suma importância tratar sobre essas questões durante as aulas de História, a fim de que as relações étnico-raciais entre os discentes sejam alicerçadas no respeito à diversidade e na visão positiva, e consciente, das diferenças e pluralidades.

**Palavras-chave:** Decolonialidade. Ensino de História. Relações étnico-raciais.

**Introdução**

O ensino de História, dentro de ambientes escolares, funciona como uma importante ferramenta para a construção, junto aos estudantes, de uma percepção plural das variadas realidades vivenciadas, auxiliando os discentes – através da problematização de conceitos tradicionais, do incentivo ao pensamento crítico e da inserção do debate sobre temáticas indígenas, africanas e afro-brasileiras – durante os processos de reconhecimento identitário e formação de posturas tolerantes. Logo, é mister a promoção da discussão sobre o saber histórico e a sua capacidade de interpretação e transformação de contextos múltiplos, atuando como o principal auxiliar no movimento de legitimação e decolonialização dos espaços de ensino – ou melhor, espaços de ensinamentos.

À vista disso, este trabalho objetiva destacar que o ensino de História – evidentemente, aquele que é pautado em visões decoloniais – é indispensável para a criação do alicerce da construção de posturas antirracistas, visto que, quando se trata de abordar temáticas indígenas,

## VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

---

africanas e afro-brasileiras em sala de aula, “valorizar suas contribuições é dar significação às lutas desses povos e corrigir lacunas na formação histórica nacional, em oposição ao mito de uma suposta democracia racial [...]” (FONTENELE; CAVALCANTE, 2021, p. 7). Assim, a educação para as relações étnico-raciais é (ou deveria ser) intrínseca aos estudos históricos, num cotidiano pautado pela transcendência do senso comum, de modo a conceber o lugar de pertencimento dos sujeitos como experiências sócio-raciais favoráveis à naturalização das diversidades e multiplicidades.

### **O ensino de História e as abordagens decoloniais**

Altamente concentrado em questões cívicas e, também, na busca pela formação de uma identidade nacional, o ensino de História no (e do) Brasil, até, principalmente, a década de 80, foi permeado por traços positivistas, concentrando-se em aspectos políticos e marcadamente nacionalistas (FONSECA, 2011). Assim, sem espaço para a abordagem de questões indígenas e afro-brasileiras, essas duas temáticas foram ignoradas ou tratadas de forma superficial (e parcial) durante a maior parte da história da educação nacional, mesmo que esses grupos sejam essenciais para o entendimento das construções culturais e socioeconômicas do Brasil. Observa-se, então, a presença dos preceitos colonialistas e de colonialidade dentro dessa ampla estrutura educacional e histórica, já que para além das demonstrações mais evidentes de subjugo e proveito, segundo Santos e Meneses (2013), a colonialidade passou a fazer parte das mais diversas e intrínsecas facetas do ser.

Essa configuração é fruto da maneira como as relações étnico-raciais foram forjadas em território brasileiro, baseadas no desprezo, silenciamento e na invisibilização da cultura, história e edificações racionais de povos não europeus (MIGNOLO, 2005). A ideia de uma “democracia racial”, advinda das noções freyrianas, também é responsável por segregar as contribuições de povos indígenas, africanos e afro-brasileiros do currículo escolar comum durante diversas décadas, já que a utopia de uma sociedade mestiça em harmonia criou “de um lado a nação que busca na mistura a sua identidade; de outro a que, temendo a mistura, segrega e opõe” (REZENDE; MAGGIE, 2001, p. 16). Logo, diretamente afetado por temas sociais, o ensino de História foi introduzido na prática de valorização eurocêntrica, criando um paradigma que necessita ser redirecionado, principalmente, para que os estudantes possam se reconhecer

## VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

---

dentro dos tópicos discutidos, numa dinâmica positiva de autoidentificação e tomada de consciência socio-racial.

Seguindo essa recente prerrogativa de decolonialização do ambiente escolar, além da influência de correntes historiográficas distintas do positivismo, como a História Social e a História Cultural, tornou-se obrigatório, em 2008, em escolas brasileiras, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena (BRASIL, 2008). A medida, sancionada pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, foi de suma importância para a reforma de currículos e dos cenários de ensino em si, visto que:

[...] para além do racismo, da folclorização e da lógica do “souvenir”, os entraves para o trabalho com reeducação das relações étnico-raciais também se relacionam à hegemonia de concepções e práticas pedagógicas conservadoras, nas quais as exigências curriculares formais são construídas negligenciando quem são e quais são as realidades em que se inserem nossas crianças e adolescentes (XAVIER, 2016, p. 328).

Dessa forma, a contemplação pedagógica de conteúdos históricos através de vieses decoloniais é imprescindível para desafiar as relações hegemônicas estabelecidas no campo étnico-racial, contestando os padrões de supremacia e poder que rodeiam as construções culturais e do conhecimento (OLIVEIRA; CANDAU, 2010). Além disso, ao se reconhecerem como personagens atuantes do fazer histórico, os estudantes têm a possibilidade de identificar as abordagens das aulas dentro de suas próprias dinâmicas de vivência, aplicando os conceitos de tolerância e respeito em suas relações interpessoais. A formação de posturas antirracistas dentro das salas de aula é crucial, especialmente por intermédio de construções diárias de busca identitária e antidiscriminatória, num processo cotidiano que valoriza os diferentes tempos e formas de aprendizagem.

Isso posto, compartilhamos da visão de Gomes (2013) quando escreve que a escola, no que diz respeito a uma educação que respeite as diversidades e reforce representações positivas, é parte essencial e responsável pelo cultivo de posturas antirracistas, através de seleções temáticas para o currículo e do incentivo ao pensamento crítico. Ademais, o ensino de História é, sobretudo, fundamental para o desmoronamento de estereótipos, ao desvincular as imagens de povos indígenas, africanos e afro-brasileiros à visão única da exploração e humilhação, reedificando a concepção popular e acadêmica ao valorizar os atos de resistência e manifestações socioculturais próprias desses indivíduos – o que consiste no cerne principal das

## VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

---

abordagens pedagógicas e didáticas de natureza decolonial. Assim, como declara o historiador e político Joseph Ki-Zerbo:

Não se trata de construir uma história revanche, que relançaria a história colonialista como um bumerangue contra seus autores, mas de mudar a perspectiva e ressuscitar imagens “esquecidas” ou perdidas. Torna-se necessário retornar à ciência, a fim de que seja possível criar em todos uma consciência autêntica. É preciso reconstruir o cenário verdadeiro. É tempo de modificar o discurso (KI-ZERBO, 2010, p. XXXIII, aspas originais).

Nota-se, portanto, que a História circunscrita ao ambiente escolar, um perímetro que, naturalmente, já é de disputas, deve abranger a diversidade que é encontrada para fora das paredes institucionais, num diálogo docente-discente que leve à compreensão das parcialidades e intencionalidades que sustentam o saber histórico, com a finalidade de promover a reflexão e a criticidade num espaço marcado pelas diferenças e pela herança da memória. Dessa forma, observa-se que as relações étnico-raciais e o ensino de História são interligados e transcendentais, ocupando espaços de interesse que suscitam contextos de significações múltiplas, mais bem compreendidos com o auxílio de um ensino não-eurocêntrico – logo, de raízes e metodologias decoloniais.

### **Considerações finais**

Conclusivamente, vê-se que as abordagens eurocêntricas dos conteúdos históricos, ainda presentes nos currículos escolares, necessitam ser substituídas pela pluralidade dos saberes decoloniais que eram antes desprezados, a fim de suscitar a criticidade para com o duradouro monopólio do poder e das ideologias por parte do Estado e dos grupos dominadores. Dessa forma, os projetos pedagógicos precisam ser revistos com o propósito de instruir os estudantes a formar conceitos positivos (não de uma forma romantizada, mas consciente e crítica) sobre as diferentes dinâmicas étnico-raciais.

Por fim, é importante que os educadores consigam promover conjunturas favoráveis que levem à ruptura das estereótipias que foram, durante séculos, idealizadas por aqueles que detiveram o privilégio da escrita e do fazer histórico – os “vencedores ideológicos” que prevaleceram sobre os sujeitos dominados –, para que melhor viabilizem, dentro das salas de aula, a promoção de conceitos como “desconstrução”, “decolonialidade” e “respeito”,

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA  
AGRÁRIA – UESB/UESC  
JURA 2022**

---

essenciais para formação de futuros cidadãos comprometidos, por meio da dimensão histórica política, com uma perspectiva sociocultural heterogênea.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 23 de jun. 2022.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima e. **História & Ensino de História**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

FONTENELE, Z. V.; CAVALCANTE, M. da P. Práticas docentes no ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 46, p. e204249, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/166362>. Acesso em: 20jun. 2022.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Orgs.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África: I: Metodologia e Pré-História da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 71-103, 2005.

OLIVEIRA, Luiz F. de; CANDAU, Vera M. F. Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil. **Educação em Revista**, v.26, n.01, p. 15-40, 2010.

REZENDE, Claudia Barcellos; MAGGIE, Yvonne. **Raça como retórica: a construção da diferença**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

XAVIER, Giovana. Sobre sonhos, fronteiras e belezas da liberdade. In: XAVIER, Giovana (Org.). **Histórias da escravidão e do pós-abolição para as escolas**. Cruz das Almas: EDUFRB. Belo Horizonte: Fino Traço, p. 325-333, 2016.

## **SOBRE A AUTORA**

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA  
AGRÁRIA – UESB/UESC  
JURA 2022**

---

*Natália Cunha Rocha*

Graduação em andamento em História, UFBA; Universidade Federal da Bahia –Brasil. E-mail: [nataliacnrocha@gmail.com](mailto:nataliacnrocha@gmail.com).